

1 **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**  
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Abertura; Posse dos novos membros, aprovação da ata da 11ª  
4 reunião, aprovação da resolução que cria a Câmara Técnica de Revisão do  
5 Regimento Interno, informes sobre o Plano das Bacias do Alto Iguaçu e  
6 Afluentes do Alto Ribeira, apresentação do Programa de Segurança da  
7 Água – Ministério da Saúde, assuntos gerais e encerramento

8 Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, às 14:00 horas,  
9 na Sala dos Conselhos do CIETEP, realizou-se a 12ª Reunião Ordinária do  
10 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. A Presidente do  
11 Comitê, Sra. Ingrid Illich Muller, após verificação de quorum, procedeu à leitura  
12 da pauta, solicitando a alteração da ordem do item 6, passando esse item para  
13 o item 4. A Sra. Presidente colocou em votação a alteração da pauta, e em  
14 sendo aprovada passou ao **2º ITEM DA PAUTA** que tratava da apresentação e  
15 posse dos novos membros do comitê. Foram empossados os membros  
16 titulares FERNANDO MASSARDO da SANEPAR em substituição a TADEU  
17 RICZINSK, CLÁUDIA REGINA BOSCARDIN da Prefeitura Municipal de  
18 Curitiba em substituição a MÁRIO SÉRGIO RASERA e DULCIMAR RINALDIN  
19 da Prefeitura Municipal de Campo Largo em substituição a PAULO COSMOS.  
20 A Sra. Presidente parabenizou os novos membros e passou ao **3º ITEM DA**  
21 **PAUTA** que tratava da aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária e colocou  
22 em votação a dispensa da leitura da mesma por ter sido enviada previamente  
23 aos membros do Comitê. Aprovada a dispensa de leitura, a Sra. Presidente  
24 informou que a minuta de ata que estava sendo projetada já continha as  
25 alterações encaminhadas pela Sra. Martha Sugai da COPEL e consultou a  
26 plenária em relação a mais alguma observação. O Sr. MARIO BASTOS DA  
27 CAT-IRAI, fez as seguintes considerações sobre a ata da 10ª reunião ordinária:  
28 *“As observações do Sr. MARIO BASTOS DA CAT-IRAI constariam da ata da*  
29 *12ª Reunião Ordinária, porque não foram lidas suas observações e*  
30 *questionamentos na 10ª Reunião. O Sr. Carlos Alberto Galerani*  
31 *AGUASPARANA respondendo ao Sr. Valdir Donizete de Moraes linha 110 -*  
32 *113 comentou que: “não se pode considerar que o plano não esteja sendo*  
33 *implantado uma vez que os municípios estão adequando suas ações ao Plano*  
34 *Diretor e na liberação de loteamentos, as prefeituras estão consultando o*  
35 *Manual de Drenagem evitando assim a ampliação de cheias naturais ...”*  
36 *Solicito que o Eng. Galerani esclareça em documento quais os municípios que*  
37 *estão realizando essas adequações de suas ações na prática, em seus Planos*  
38 *Diretores dentro das diretrizes do Plano Diretor de Drenagem - PDDr /2002 ao*  
39 *COMITÊ. Crescimento das impermeabilizações pelo uso e ocupação do solo*  
40 *com aumento das densidades, pavimentação e cobertura de grandes*  
41 *barracões não são acompanhados por medidas mitigadoras e compensatórias*  
42 *a exemplo dos índices de pavimentação em Pinhais, Colombo e região. Na*  
43 *bacia do rio palmital em Pinhais e Colombo e na bacia do rio Irai continuam*  
44 *sendo liberadas outorgas e licenças ambientais em locais com problemas de*  
45 *alagamentos localizados com obras estruturais com transferência de vazões*  
46 *para jusante e montante .Os exemplos dessas ações são o desassoreamento*  
47 *do rio, canalização de rios tributários em loteamentos e condomínios,*  
48 *canalização da rua Astorga, projetos legalizados sem a realização de estudo de*  
49 *impacto ambiental. Além disso continuam sendo realizados aterros*  
50 *pressionando toda a malha hídrica desde córregos, riachos, banhados em área*

51 de APPs. Solicito desde as reuniões do diagnóstico no CTPLAN a realização  
52 de uma Câmara Técnica para examinarmos dentro do Comitê repasse da rede  
53 de informações do que esta sendo realizado no planejamento e propostas a  
54 respeito da drenagem urbana na RMC para termos as definições do que  
55 necessitamos. As medidas de controle das enchentes combinando ações  
56 estruturais e não- estruturais foram elencadas nos estudos do PMO3 / PRA01 /  
57 PROSAN e devem ter um acompanhamento da sociedade no tempo e no  
58 espaço com medidas emergências, de médio prazo e longo prazo. As ações no  
59 espaço definiu-se o trecho do rio Iguaçu na fase de médio prazo e os afluentes  
60 a longo e médio prazo. No entanto, dentro da fase de médio prazo deverão ser  
61 elaboradas recomendações não –estruturais para os municípios sobre o trecho  
62 do Iguaçu, que poderão ser estendidas para seus afluentes. Esse  
63 acompanhamento e esclarecimento dentro da realidade traçada no ano de  
64 1996 , com grandes investimentos na Macrodrenagem com a abertura do canal  
65 paralelo / extravasor. Nos estudos do Dr.Tucci realização dos reservatórios de  
66 abastecimento (Irai, Piraquara 1 e 2) representam um amortecimento na  
67 ordem de 15% da bacia e a construção de reservatórios nos rios Palmital,  
68 Belém e Atuba dificilmente poderia amortecer as enchentes da urbanização já  
69 existente, sendo necessário a realização e planejamento através de parques e  
70 áreas e unidades de conservação para amortecimento distribuído nessas  
71 bacias principalmente nas que ainda estão em estado rural (Piraquara, Irai e  
72 Pequeno ), que também não estão sendo realizados pelos municípios. Devem  
73 ser acompanhados com as medidas de controle não estruturais como o  
74 Zoneamento das áreas de risco de inundação que , pelo que tenho verificado  
75 não tem sido realizados pelos municípios. As ações da sociedade e poder  
76 publico com relação a drenagem urbana continuam ainda acontecendo  
77 somente quando temos os desastres, necessário uma cultura da prevenção  
78 para superar a atual cultura do socorro.” Com relação a ata da 11ª reunião,  
79 salientou que o Sr. Jorge Grando não havia sido vereador. Não havendo mais  
80 contribuições a Sra. Presidente colocou a ata em votação, salientando que as  
81 observações do Sr. MARIO BASTOS DA CAT-IRAI constariam da ata da 12ª  
82 Reunião Ordinária. A ata foi aprovada e em seguida passou-se ao **4º ITEM DA**  
83 **PAUTA - Apresentação do Programa de Segurança da Água pelo**  
84 **Ministério da Saúde**, convidando o Sr. PEDRO LUIS PRADO FRANCO da  
85 SANEPAR para fazer a introdução ao tema. O Sr. PEDRO LUIS PRADO  
86 FRANCO comentou sobre a revisão da Portaria nº 519/2004 do Ministério da  
87 Saúde – MS referente à Potabilidade da Água, realizada por um grupo de  
88 trabalho onde participaram a sociedade civil, o próprio Ministério da Saúde, as  
89 empresas de saneamento, as secretarias estaduais de Saúde e os Conselhos  
90 Nacionais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. Informou que a nova  
91 versão da Portaria nº 518 do Ministério da Saúde ainda não havia sido  
92 homologada, mas que estava em vias de ser assinada pelo Ministro da Saúde  
93 e que esta contemplava a implantação de Planos de Segurança da Água - PSA  
94 para mananciais de abastecimento. Como a portaria não define  
95 responsabilidades para desenvolvimento e implementação de PSA, pois essa  
96 ação de desenvolver um plano dentro do contexto de manancial é uma  
97 atribuição que extrapola a competência do Ministério da Saúde envolvendo  
98 vários sistemas, foi então levantada, em uma discussão envolvendo a AESB -  
99 Associação das Empresas Estaduais de Saneamento, técnicos do Ministério da  
100 Saúde e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, a

101 possibilidade de que os Comitês de Bacia Hidrográfica, com apoio do Ministério  
102 da Saúde, incluíssem o Plano de Segurança da Água no Plano de Bacia, na  
103 forma de um programa. Explicou ainda que a proposta era que o Comitê  
104 acatasse a ideia de contemplar, como piloto, o PSA no seu Plano de Bacia, e  
105 comentou que achava que tal fato seria um processo de integração entre os  
106 sistemas de recursos hídricos, saneamento, saúde e meio ambiente, pioneiro a  
107 nível nacional. Após esses comentários o Sr. PEDRO LUIS PRADO FRANCO  
108 convidou a Sra. JAMYLE CALENCIO GRIGOLETTO do Ministério de Saúde  
109 para fazer a apresentação sobre o Plano de Segurança da Água. A Sra.  
110 JAMYLE CALENCIO GRIGOLETTO, Doutora em Ciências e técnica da  
111 Coordenação de Vigilância e Saúde Ambiental, relatou que a AESB havia  
112 entrado em contato para propor a adoção do PSA, pelos Comitês de Bacia e  
113 que ela iria apresentar os critérios de elegibilidade para os Comitês, sendo que  
114 a apresentação encontra-se anexa a esta ata. Em seguida, o DR. ALEXANDRE  
115 PESSOA, consultor do Ministério da Saúde, Engenheiro Químico e Doutor em  
116 Geociências fez a apresentação explicando o Plano de Segurança da Água,  
117 que também se encontra em anexo. Após as apresentações, a Sra. Presidente  
118 agradeceu aos palestrantes e abriu para a plenária para comentários. O Sr.  
119 ENÉAS SOUZA MACHADO do AGUASPARANÁ agradeceu a vinda dos  
120 técnicos do Ministério da Saúde e comentou que o COALIAR talvez pudesse  
121 ser contemplado como uma das bacias piloto e perguntou se haveria  
122 possibilidade do MS repassar algum recurso para a elaboração do PSA. A Sra.  
123 Presidente sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho dentro da Câmara  
124 Técnica de Acompanhamento do Plano para tratar desse assunto. Em seguida  
125 o Sr. VALDIR DONIZETE DE MORAES da ECOFORÇA perguntou se esse  
126 Plano consideraria a contaminação dos mananciais por medicamentos ou  
127 agrotóxicos, observou que o PSA era um processo da Agenda 21 e  
128 demonstrou sua preocupação com a sigla PSA, que poderia confundir com  
129 “Pagamento por Serviços Ambientais” e a Sra. Presidente comentou que a  
130 Associação Brasileira de Recursos Hídricos compartilhava com essa  
131 preocupação tendo inclusive sugerido ao MS o nome de “Plano de Segurança  
132 Hídrica – PSH”. A Sra. Martha Sugai da COPEL comentou primeiramente que  
133 faltava uma definição da área de abrangência de manancial, citou o caso de  
134 Londrina que é abastecida pelo rio Tibagi, porém o rio Tibagi em sua totalidade  
135 não pode ser considerado como manancial de Londrina. Em segundo lugar,  
136 demonstrou preocupação quanto ao papel a ser desempenhado pelo Comitê  
137 em relação ao PSA por ser esse plano bem abrangente e ter a ver com a  
138 saúde das pessoas. Lembrou também que não se deveriam criar expectativas,  
139 pois não existia capital humano para desenvolver o Plano dentro do Comitê,  
140 reforçou a necessidade de se discutir o papel do COALIAR no âmbito da  
141 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano. O Sr. AGENOR ZARPELON  
142 da SANEPAR explicou que a implementação do PSA ficaria a cargo das  
143 companhias de saneamento, porém, como existiam vários atores atuando na  
144 bacia hidrográfica, as companhias de saneamento não teriam competência  
145 legal para cobrar ações preventivas e corretivas desses agentes. Como o  
146 Comitê de Bacias agrega grande parte desses atores, sugeriu-se incluir o PSA  
147 dentro do Plano de Bacia para que as diversas entidades pudessem trabalhar  
148 em conjunto. A seguir o Sr. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO da Rede  
149 Amigo das Águas comentou que achou a apresentação sobre o PSA  
150 interessante. Comentou que acredita haver uma distância entre o discurso e a

151 realidade social dando como exemplo a educação ambiental que ainda seria  
152 um tema estranho no sistema de educação do Paraná, do Brasil em geral.  
153 Comentou que se preocupava com o fato da educação ser uma questão da  
154 família, do estado e da escola, e em como formar uma sociedade responsável,  
155 quando a maioria das famílias trabalhadoras, que moram em periferias de  
156 Curitiba, Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais e Campo Largo não têm  
157 condições de cuidar dos filhos, que são criados pelos vizinhos ou por parentes,  
158 sendo a escola hoje um depósito da problemática social dos pobres, sucateada  
159 e abandonada. Também comentou que o professor há três ou quatro anos  
160 atrás tinha que dar aula pra trinta e cinco alunos, agora por decisão do  
161 Governo do Estado tem que dar aula pra cinquenta alunos. Expôs sua  
162 preocupação em relação a composição do Grupo de Trabalho que se estava  
163 pensando em criar para a Plano de Segurança da Água tendo em vista a  
164 contradição dos interesses dos municípios, os interesses políticos, rurais, os  
165 interesses empresariais, e que a realidade política era a pressão sobre  
166 mananciais, sobre os recursos naturais, de onde se extrai a riqueza, de onde  
167 se acumula o capital, era também destruir o pouco que sobrou, e citou que a  
168 mudança do Código Florestal vai em contradição com a Lei de Recursos  
169 Hídricos. Colocou-se a disposição para participar no Grupo de Trabalho porque  
170 acreditava na proposta, e que já havia participado em uma Conferência de  
171 Saúde Ambiental. Ainda se posicionou a favor da elaboração do Plano pela  
172 sociedade e lembrou que em Piraquara há ocupação das nascentes e dos  
173 mananciais por projetos do próprio governo federal - Minha Casa Minha Vida-  
174 que virou ocupação indiscriminada de manancial. O Sr. EDGARD FAUST  
175 FILHO da ABES relatou que o tema do seminário da ABES ocorrido em  
176 novembro de 2011, foi vigilância em saneamento e vigilância em saúde e  
177 abordou o tema de Plano de Segurança da Água e que houve no final dos  
178 debates sobre a revisão da Portaria nº 518, uma polêmica sobre a  
179 responsabilidade pelo PSA. Colocou que estava feliz com a ideia de trazer a  
180 construção deste instrumento para a organização dos recursos hídricos e que  
181 queria fazer uma contribuição sobre integração, trazendo para a discussão  
182 outros segmentos importantes como a área de saúde, o Conselho de Saúde,  
183 Conselho de Meio Ambiente para que esses setores se comprometam com o  
184 Plano. Também relatou que a ABES estava fazendo um debate muito grande  
185 sobre o saneamento, comentando que no estado do Paraná ainda não se tem  
186 um entendimento do saneamento como um todo, urbano, rural, gestão de  
187 bacias e saneamento, meio ambiente e saneamento, saúde e saneamento, e  
188 que está se discutindo a importância de um plano estadual de saneamento  
189 para que as ações de saneamento sejam integradas entre estado e município.  
190 Com a integração dos diversos setores, o Sr. EDGARD FAUST FILHO  
191 defendeu a que não seria necessária a criação de um Conselho Estadual de  
192 Saneamento, mas sim de um sistema de informação de saneamento integrado  
193 com os demais segmentos com indicadores que sejam discutidos dentro da  
194 área de saúde, dentro da área de educação, agricultura, desenvolvimento  
195 urbano. O Sr. PEDRO LUIZ PRADO FRANCO da SANEPAR salientou que,  
196 com a elaboração do Plano de Segurança da Água no âmbito do Comitê de  
197 Bacia, as responsabilidades dos vários órgãos envolvidos seriam preservadas  
198 e que a execução das ações não seria assumida pelo Comitê, e sim pelos  
199 órgãos responsáveis. A Sra. STELLA MARIS DA CRUZ BEZERRA, da UTFPR,  
200 colocou a si e a Universidade à disposição para participar do Grupo de

201 Trabalho e desenvolver estudos específicos, sendo que a Sra. Presidente  
202 agradeceu sua oferta dizendo que se considerasse como parte do Grupo de  
203 Trabalho. O Sr. CARLOS EDUARDO PIERIN enfatizou a importância de um  
204 Plano de Segurança da Água, que poderia ser considerado uma gestão de  
205 risco dos mananciais, de maneira a evitar um acréscimo de parâmetros a  
206 serem considerados na legislação referente à qualidade da água distribuída,  
207 lembrando que a Portaria brasileira tem em torno de 76 parâmetros e a  
208 europeia tem 37. O Sr. EDUARDO FELGA GOBBI da SEMA comentou que a  
209 Secretaria estava em contato com a ABES e a SANEPAR para a definição de  
210 uma política estadual de saneamento básico que previa a articulação entre os  
211 vários temas da área ambiental e colocou a SEMA à disposição do Grupo de  
212 Trabalho. O Sr. NELSON ADAMOWICZ da CAT Passaúna ressaltou a  
213 importância do PSA ser um plano interinstitucional devido a variedade de  
214 problemas que podem ocorrer em áreas de manancial. Não havendo mais  
215 comentários a Sra. Presidente passou a palavra aos palestrantes para  
216 considerações finais. A Sra. JAMYLE CALENCIO GRIGOLETTO agradeceu a  
217 contribuição de todos, em relação ao nome Plano de Segurança da Água –  
218 PSA, ela comentou que esse nome é utilizado pela Organização Mundial da  
219 Saúde e também pela Universidade do Minho, em Portugal. Reforçou a ideia  
220 de que se precisaria trabalhar de maneira interinstitucional no caso do Plano de  
221 Segurança da Água e com relação a resíduos de medicamentos, relatou que  
222 existia um grupo de trabalho técnico discutindo essa problemática bem como  
223 os resíduos de agrotóxicos. O DR. ALEXANDRE PESSOA relatou que quando  
224 começou a ler e discutir sobre o PSA, teve a impressão de que era utópico,  
225 pois atuar na área a montante da captação envolvia atuar com a sociedade, o  
226 que é uma construção difícil. Por outro lado, o mundo está avançando no  
227 sentido de reconhecer os limites, de buscar formas de preservar a vida,  
228 principalmente a humana. A elaboração do PSA no âmbito do Comitê vai com  
229 certeza gerar o melhor plano para essa região, o que necessariamente não  
230 será o melhor para o Ceará, por exemplo, pois a dinâmica deverá ser  
231 totalmente diferente. O que ele considera importante é o processo de  
232 construção inclusivo e mobilizador, e acredita que quando a sociedade  
233 consegue trabalhar dessa maneira ela avança de uma forma mais forte, mais  
234 difícil de recuar. Afirmou ter certeza que a escolha de Curitiba para ser um  
235 piloto foi uma escolha feliz, Curitiba é muito lembrada como padrão de  
236 qualidade de vida que envolve concepção de cidadania. Concluiu dizendo que  
237 estava confiante na elaboração do Plano. A Sra. Presidente agradeceu aos  
238 palestrantes e aos convidados, e sugeriu que a inclusão do PSA no Plano de  
239 Bacia fosse discutido em uma reunião da Câmara Técnica do Plano para  
240 posterior decisão do Comitê, com maiores subsídios. Submeteu esse  
241 encaminhamento em votação sendo aprovado. Passou então ao **5º item da**  
242 **pauta** que tratava da aprovação da Resolução que cria a Câmara Técnica de  
243 Revisão do Regimento Interno. Na reunião anterior já havia sido deliberado  
244 sobre a necessidade de criação dessa Câmara Técnica e solicitou à Sra. OLGA  
245 POLATTI da Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira  
246 que procedesse a leitura da Resolução. A mesma encontra-se anexa a essa  
247 ata. Com relação a uma dúvida do Sr. JORGE RAMON DE ARAUJO MELLO  
248 da Rede Amigo das Águas sobre a questão de suplência do setor da  
249 Sociedade Civil que não estava especificada na resolução, a Sra. OLGA  
250 POLATTI esclareceu que na consulta de indicação dos representantes da

251 câmara técnica, a sociedade civil havia indicado os suplentes sendo que a  
252 suplente da ABES seria a ABRH e a suplência da CAT-Iraí seria preenchida  
253 pela ECOFORÇA e essas indicações fariam parte da versão final da  
254 Resolução. A Sra. Presidente colocou em votação a resolução com as  
255 considerações da Sra. Olga Polatti, que foi aprovada por unanimidade, e  
256 passou ao **6º ITEM DA PAUTA** que tratava dos informe sobre o Planos das  
257 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, solicitando à Sra. OLGA  
258 POLATTI da Gerência das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira  
259 que fizesse a apresentação a qual encontra-se anexa a ata. A Sra. Martha  
260 Sugai da COPEL comentou sobre a versão do Código Florestal que havia sido  
261 encaminhada para o Senado que no seu artigo 43 comprometia parte dos  
262 recursos da cobrança com a manutenção e a composição de área florestal: ao  
263 menos 30% dos recursos arrecadados pela cobrança de recursos hídricos na  
264 forma da Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, devem ser destinados a  
265 manutenção, recomposição ou recuperação da área de preservação  
266 permanente da bacia hidrográfica a critério do respectivo comitê de bacia  
267 hidrográfica e que caberia uma reflexão em relação a esse artigo pois a Lei nº  
268 9433 estabeleceu que cabe ao comitê de bacia hidrográfica definir onde os  
269 recursos oriundos da cobrança serão aplicados. A Sra. Presidente informou  
270 que a Associação Brasileira de Recursos Hídricos em conjunto com a ABES e  
271 com a ABAS fizeram um manifesto sobre o artigo 42 que foi entregue  
272 pessoalmente a vários senadores, ao presidente da Confederação Nacional da  
273 Indústria e a vários outros políticos, mas que a princípio ainda não havia sido  
274 obtido êxito porque o Código havia passado no Senado. Ela comentou que a  
275 sua opinião, como presidente da ABRH, era que de fato esse artigo  
276 comprometia o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, porque  
277 diminuía o valor sobre o qual o Comitê podia deliberar quanto à aplicação dos  
278 recursos da cobrança e que outra questão a se ponderar era o valor anual de  
279 30%, que não havia explicação para esse número. O Sr. CLAUDIUS  
280 AUGUSTUS FAGGION FILHO da FAEP comentou que o Código Florestal,  
281 prevendo essa aplicação, poderia estar dando poder ao Comitê, do ponto de  
282 vista político. O Sr. JORGE CALLADO manifestou o seu pesar em relação ao  
283 novo Código Florestal, classificando-o como retrocesso na legislação  
284 ambiental. Antes de passar para o próximo item de pauta a Senhora Presidente  
285 informou o seu afastamento da Coordenação da recém-ativada Câmara  
286 Técnica de Acompanhamento do Plano, por já estar exercendo a Presidência  
287 do Comitê, e que indicaria o seu substituto após consultar os representantes da  
288 ABES e da ABAS. Em seguida passou ao **7º ITEM DA PAUTA** que tratava dos  
289 **ASSUNTOS GERAIS**, inicialmente convidando o Sr. Enéas Souza Machado,  
290 diretor de gestão de bacias hidrográficas do AGUASPARANÁ para informar  
291 sobre a situação da gestão dos recursos hídricos no Estado. O Sr. ENÉAS  
292 SOUZA MACHADO iniciou relatando sobre a alteração da Lei nº 12.726 de  
293 1999, que incluiu novas receitas no Fundo de Estadual de Recursos Hídricos –  
294 FRHI. Essas receitas se referem à Compensação Financeira pela  
295 Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia  
296 Elétrica – CFURH, aos *royalties* de Itaipu, além de uma parte de  
297 compensação da exploração de petróleo, gás e minérios. Explicou que a  
298 compensação financeira paga pelo setor elétrico era do montante de 6% do  
299 que é gerado de energia multiplicado pela Tarifa Anual de Referência-TAR,  
300 que 45% deste valor vai para os Estados, 45% para os municípios afetados e

301 uma parte para a União - MMA, MME, Fundo Nacional de Ciência e  
302 Tecnologia. Explicou que no caso do Paraná, esses recursos, tanto dos  
303 *royalties* como da CFURH, haviam sido adiantados a fim de compor o Fundo de  
304 Previdência dos funcionários públicos. Comentou que São Paulo, Minas Gerais  
305 e Rio de Janeiro fizeram leis destinando parte desses recursos para uso em  
306 recursos hídricos e que essa era uma das razões porque São Paulo estava tão  
307 mais avançado, tendo em vista que eles recebem os recursos a mais de 15  
308 anos e vem aplicando em planos de bacia e em obras e ações. Explicou que  
309 esse acordo entre o estado do Paraná e a União se referia às usinas existentes  
310 na época e comprometia a receita até o ano de 2020, não abrangendo as  
311 usinas construídas após o acordo. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO  
312 prosseguiu relatando que, com a alteração da Lei nº 12.726/99, foi necessário  
313 rever o decreto estadual que regulamentava o FRHI, e que na revisão havia  
314 sido estipulado que 100% da CFURH deveria ir para o Fundo e que com as  
315 novas usinas, duas no Rio Jordão, uma no Paranapanema e a usina de Mauá,  
316 que deve entrar em operação em 2012, o Sistema Estadual de Gestão de  
317 Recursos Hídricos passava a contar com recursos para em primeira instância,  
318 elaborar planos de bacia. Relatou que o Conselho Estadual de Recursos  
319 Hídricos emitiu duas Resoluções sobre a aplicação dos recursos do FHRI,  
320 sendo que a Resolução nº 68 diz que do recurso da Compensação Financeira  
321 que entraria no fundo em 2011/2012, até 5% iria pra custeio do sistema de  
322 gestão, até 10% pra adequar o sistema de informações e que o restante  
323 desses recursos seria aplicado na elaboração dos planos de bacia, e a outra  
324 Resolução estipulava que do montante a ser gasto com Planos de Bacia seria  
325 distribuído da seguinte maneira: 150 mil reais para a finalização do Plano de  
326 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, que já estava licitada e  
327 contratada, 400 mil reais para a finalização do Plano do Rio Jordão, em  
328 licitação, 800 mil reais para a finalização do Plano do Rio Tibagi, também em  
329 licitação. Além desses planos, o Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO comentou que  
330 a resolução também previa recursos da ordem de 1 milhão e 200 mil reais por  
331 plano de bacia, para executar os planos do Piraponema, das bacias do Cinzas  
332 e Itararé e do Baixo Ivaí. A Sra. Presidente agradeceu ao Sr. Enéas Souza  
333 Machado pela apresentação e convidou a Sra. MARLI RENATE VON  
334 BOESTEL ROESLER para apresentar a pesquisa “A defesa da proteção  
335 equitativa dos direitos humanos ao meio ambiente, à água e ao saneamento  
336 básico: percepções aproximativas à Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e  
337 Afluentes do Rio Ribeira” que estava realizando para os estudos do Pós-  
338 Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e  
339 Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná. A Sra. MARLI RENATE  
340 VON BOESTEL ROESLER agradeceu a oportunidade, comentou que era  
341 professora na Universidade do Oeste do Paraná, que sua formação era na  
342 área de Ciência Aplicadas, com doutorado em Serviço Social, com foco em  
343 gestão ambiental dos municípios lindeiros ao reservatório de Itaipu. Visando  
344 aprofundar essa discussão ela relatou que estava fazendo Pós-Doutorado no  
345 PMAD. Após explicar os objetivos da pesquisa: refletir sobre os processos  
346 desenvolvidos para explicar, analisar e reconhecer como ocorre a defesa e a  
347 proteção equitativa dos direitos do ser humano a um meio ambiente  
348 ecologicamente equilibrado, à água potável e ao saneamento básico, no  
349 horizonte das iniciativas transnacionais e nacionais, por meio de diálogos  
350 fundamentados no pensar interdisciplinar da produção de conhecimentos e na

351 execução integrada, descentralizada e compartilhada de políticas ambientais e  
352 de governança das águas solicitou aos membros do Comitê que respondessem  
353 ao questionário que ela havia encaminhado pois necessitava analisar a relação  
354 dos membros com o Instituto das Águas, o funcionamento das Câmaras  
355 Técnicas, de que forma o Comitê de Bacia estava representado no Conselho  
356 Estadual de Recursos Hídricos e como avaliava essa representatividade, quais  
357 programas e projetos estavam sendo desenvolvidos no âmbito da bacia, e  
358 quais ações que eram consideradas mais prementes, críticas com relação aos  
359 conflitos de uso de recursos hídricos, e onde estavam concentrados esses  
360 problemas, pois eles evidenciam riscos e vulnerabilidade das populações  
361 excluídas das políticas públicas e de ações governamentais e não  
362 governamentais. Complementou comentando que também estava levantando  
363 como a comunidade estava vendo as ações do Comitê, se eram  
364 representativas, inclusive perguntando se a comunidade sabia que existe um  
365 Comitê de Bacia. A Sra. Presidente agradeceu e reforçou o convite para que os  
366 membros preenchessem total ou parcialmente o formulário enviado pela Sra.  
367 Marli R. B. Roesler. Em seguida solicitou a todos os membros que informassem  
368 à Secretaria Executiva qualquer alteração no cadastro para garantir que as  
369 informações enviadas fossem recebidas e com relação à coordenação da CT-  
370 Plan, após deliberar com os representantes das demais entidades técnico-  
371 profissionais foi definido que a coordenação da CT-Plan ficaria com o  
372 representante da ABES. A seguir a Sra. Presidente passou a palavra ao Sr.  
373 JORGE RAMON ARAUJO MELLO da REDADA que sugeriu que fossem  
374 criados sub-comitês junto aos municípios de maneira a ampliar a participação  
375 da sociedade, uma vez que a discussão dos problemas estaria mais próximo  
376 da população. O Sr. ENÉAS SOUZA MACHADO esclareceu que hoje existem  
377 12 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que definem a área de  
378 abrangência dos Comitês de Bacia, os quais estão sendo implantados, sendo  
379 que no futuro, talvez possam ser criados subcomitês quando necessário e a  
380 Sra. Presidente lembrou que a Lei Federal de Recursos Hídricos prevê a  
381 instalação de Comitês quando necessário. A Sra. MARTHA SUGAI da COPEL,  
382 respondendo a pergunta do Sr. JORGE RAMON ARAUJO MELLO da REDADA  
383 se o município tinha autonomia para criação de Comitês de Bacia, explicou que  
384 os recursos hídricos eram de domínio da União ou de domínio do Estado e que  
385 para se criar um Comitê no estado do Paraná deve ser seguido o disposto na  
386 Resolução nº 50 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH que  
387 define que representantes dos usuários, do poder público e ONGs se  
388 organizem e que apresentem a demanda ao CERH. A Sra. MARTHA SUGAI da  
389 COPEL lembrou que o CERH era o órgão máximo a nível de Estado na gestão  
390 de recursos hídricos e que já havia definido que os comitês teriam área de  
391 atuação conforme as unidades de gerenciamento que estão definidas na  
392 Resolução nº 49, que para se criar um Comitê de Bacia não previsto naquela  
393 resolução havia a necessidade de alteração da Resolução nº 49 e que havia  
394 uma hierarquia na legislação de recursos hídricos que não permitia a criação  
395 de um Comitê sem a aprovação do CERH. Continuando, a Sra. MARTHA  
396 SUGAI explicou que o município não tinha competência para criar Comitês por  
397 não haver rios de domínio do município e que a Constituição Federal definiu  
398 que o corpo de água seria de domínio da União quando atravessava mais de  
399 um estado ou fazia limite entre dois ou mais estados e que os rios que estavam  
400 totalmente dentro do território de um Estado seriam de domínio do Estado, e

401 nesse caso o órgão máximo era o CERH. Exemplificou citando o Rio Jordão  
402 que era um rio totalmente localizado dentro do estado do Paraná sendo de  
403 domínio do Estado e era afluente do Rio Iguaçu que era de domínio da União.  
404 Hoje temos o Comitê da Bacia do rio Jordão e teremos no futuro um comitê de  
405 rio federal que seria o comitê da calha do rio Iguaçu, com diversos comitês  
406 estaduais dos afluentes. O Sr. CARLOS EDUARDO DORNELLES VIEIRA da  
407 ABAS comentou que acreditava que havia sido vedado ao município legislar  
408 sobre recursos hídricos em função do rio não obedecer a mesma distribuição  
409 geográfica do município e que era atribuição dos membros do Comitê levar as  
410 discussões para junto de seus representados, a fim de aumentar o  
411 envolvimento da sociedade nas questões de recursos hídricos. A Sra.  
412 MARTHA SUGAI da COPEL reforçou a posição do Sr. CARLOS EDUARDO  
413 DORNELLES VIEIRA comentando que os membros do Comitê estavam  
414 representando um determinado setor e que deveriam discutir com os setores  
415 para que o voto fosse, de fato, representativo. O Sr. JORGE RAMON ARAUJO  
416 MELLO da REDADA perguntou sobre a dominialidade do Rio Iguaçu, se era  
417 um rio federal, ao que a Sra. MARTHA SUGAI da COPEL respondeu que havia  
418 tido uma mudança de entendimento de onde estavam as nascentes do rio  
419 Iguaçu, pela Agência Nacional de Águas – ANA, que estipulou que a nascente  
420 de um determinado corpo d'água era determinada pelo seu trecho mais longo.  
421 Uma vez que o trecho mais longo da nascente até a confluência do Rio Iguaçu  
422 com Rio Negro era a parte do rio Negro, então ficou determinado que o rio  
423 Iguaçu que seria de domínio da União era formado pelo Rio Negro e o Rio  
424 Iguaçu a jusante de sua confluência. A parte do Rio Iguaçu a montante da  
425 confluência do Rio Negro era de domínio do estado, por isso o Comitê das  
426 Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira era um Comitê de rio de  
427 domínio do estado e a bacia do rio Iguaçu como um todo teria um comitê  
428 federal. A Sra. CLAUDIA BOSCARDIN da Prefeitura Municipal de Curitiba  
429 colocou a posição da Prefeitura de Curitiba sobre a questão de na Constituição  
430 Federal não existir a figura de rio municipal. Ela comentou que embora o rio  
431 não seja de domínio do município a Constituição Federal dá aos municípios a  
432 responsabilidade pelo uso e ocupação do solo. Ela citou o caso do Rio Barigui  
433 que era afluente do Rio Iguaçu, nascendo em Almirante Tamandaré, cortando  
434 grande parte do município de Curitiba e fazia divisa com Araucária e que os  
435 três municípios estavam articulados em prol da recuperação do rio, e continuou  
436 dizendo que acreditava que consórcios intermunicipais eram um bom fórum  
437 para discutir as ações de recuperação, levando para o Comitê os resultados  
438 dessas ações, e o Comitê passaria então a olhar com outros olhos as questões  
439 municipais. Não havendo nada mais a ser tratado a Sra. Presidente agradeceu  
440 a presença de todos e deu por finalizada a 12ª Reunião Ordinária do Comitê  
441 das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, da qual eu OLGA  
442 RYDYGIER DE RUEDIGER POLATTI, Gerente das Bacias do Alto Iguaçu e  
443 Afluentes do Alto Ribeira, lavrei a presente Ata.

444 De Acordo

445 Márcio Fernando Nunes

446 Secretário Geral do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto  
447 Ribeira